

ANEXO I – MINUTA DE PROCURAÇÃO

Aos ____ dias do mês de ____ do ano ____, perante mim, _____ (nome do notário), no exercício do cargo notarial, compareceu como outorgante o(a) Senhor(a) _____ (nome do mandante), maior, natural de S. Tomé, _____ (estado civil), residente em _____ (localidade) - _____ (País), portador(a) do bilhete de identidade/passaporte/cartão do cidadão/certificado de residência n.º _____, emitido pela _____ (entidade responsável pela emissão) em ____ de ____ de 20__ e válido até ____ de ____ de 20__.

E por ela(a) foi dito que na sua plena liberdade e faculdade mental constitui sua(seu) bastante procurador(a) o(a) Senhor(a) _____ (nome do procurador), maior, natural de S. Tomé, _____ (estado civil), residente em _____ (localidade) - _____ (País), portador(a) do bilhete de identidade ou passaporte n.º _____, emitido pela _____ (entidade responsável pela emissão) em ____ de ____ de 20__ e válido até ____ de ____ de 20__, a quem concede poderes necessários para lhe representar junto ao **Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe, SA. - BISTP**, bem como movimentar a sua conta bancária n.º _____, as respetivas extensões, ou/e abrir conta bancária e praticar os seguintes atos:

- ⁱ Solicitar saldos bem como extratos;
- Efetuar levantamento de qualquer montante em dinheiro;
- Efetuar transferências conta a conta e transferências para o exterior;
- Requerer e receber livros de cheques;
- Assinar e emitir cheques;
- Constituir e liquidar depósitos a prazo;
- Requisitar e receber cartão de débito;
- Subscrever o serviço de *internet banking Kwa nón - (de consulta) ou (transacional)*;
- Encerrar contas;
- Solicitar créditos (mútuo) e assinar todos os documentos relacionados;
- Constituir hipotecas e outorgar as respetivas escrituras públicas;
- Constituir penhor;
- Prestar fiança e aval;
- Celebrar acordos extrajudiciais;
- Celebrar dação em cumprimento e outorgar as respetivas escrituras;
- Emitir procuração irrevogável a favor do BISTP.

A(O) mesma(o) deverá, para o cabal cumprimento dos atos mencionados, assinar todos os documentos necessários, a que tudo dará por firme e válido como se ela(e) própria(o) fosse.

(Assinatura notarialmente reconhecidaⁱⁱ)

ⁱ Deverão ser selecionados apenas os atos de interesse da(o) mandante.

ⁱⁱ Fora da República Democrática de S. Tomé e Príncipe (RDSTP) a procuração deve ser emitida ou confirmada na Embaixada naquele país ou ser apostilada (Convenção de Haia de 5/10/1961 – Ratificada nos termos da resolução de 25/VIII/2007, de 18 de Abril).